

O ACESSO ABERTO À LITERATURA CIENTÍFICA E A PLATAFORMA OJS

Arminda Sustelo¹, Tiago Vardasca²

O século XXI surge associado a uma Internet “rapidíssima” que permite em milésimos de segundos encontrar informação e guardá-la de forma imediata. Além de rentabilizar tempo permite virtualmente estar em diferentes locais ao mesmo tempo.

Nesta perspectiva, o “acesso aberto” [à literatura científica com revisão por pares], livre na Internet, permite a qualquer utilizador ler, fazer *download*, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral desses artigos, recolhê-los para indexação, introduzi-los como dados em *software* ou usá-los para outro qualquer fim legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam inseparáveis do próprio acesso à Internet. As únicas restrições de reprodução ou distribuição, e o único papel para o *copyright* neste domínio, deveria ser dar aos autores controlo sobre a integridade do seu trabalho e direito de ser devidamente reconhecido e citado.¹

Numa fase inicial, os documentos a que se refere o “acesso aberto” são os artigos de revistas após *peer review*, quer nas versões *postprints* ou *preprints*, que os académicos ou investigadores pretendam divulgar relativamente à sua investigação.

A política comercial das grandes editoras viria a subverter o sistema de comunicação da ciência, em que o autor, para ver publicados os resultados da sua investigação cede todos os seus direitos aos editores, perdendo o controlo da divulgação do seu trabalho. Este monopólio por parte das editoras em que o modelo de negócio assenta nas subscrições dos seus periódicos com custos sempre crescentes, dura há quase 4 séculos.² A desproporção dos preços das revistas científicas e as dificuldades em aceder à informação nelas publicada (disponível só para assinantes), a par das potencialidades que se abriam com a utilização generalizada da internet, levou a que, em finais do século XX, fossem surgindo uma série de iniciativas que pretendiam constituir-se como alternativas válidas ao sistema de comunicação da ciência, até aqui maioritariamente na versão impressa.

Neste sentido e de acordo com a Declaração de Budapeste¹, existem duas vias para o “acesso aberto”: a via verde e a via dourada. A via verde consiste no depósito ou auto-arquivo dos artigos publicados nas revistas tradicionais, em repositórios institucionais ou temáticos, salvaguardando sempre a questão dos direitos de autor de cada periódico. A via dourada consiste em publicar nas revistas em acesso aberto, em que o autor paga uma quantia para que o seu artigo seja publicado e fique imediatamente disponível na internet. Actualmente, não só existem um sem número de revistas em acesso aberto, como surgiram outros modelos de negócio para as várias editoras.

Perante uma tão grande oferta de revistas em “acesso aberto”, a que se juntam campanhas de *marketing* convidando os autores a publicar a preços convidativos, é natural que os autores tenham que escolher cuidadosamente sob pena de publicarem em revistas de categoria duvidosa e sem qualquer valor científico. No que respeita às revistas internacionais, a lista de Jeffrey Beall³ pode ser uma mais-valia.

Em paralelo, para facilitar a implantação do “acesso aberto”, foram desenvolvidas plataformas, nomeadamente no que respeita a *softwares* de código aberto, tais como o OJS (*Open Journal System*) no âmbito do *Public Knowledge Project* que conta já com 13 anos desde a sua primeira versão e foram trabalhadas as questões relacionadas com as licenças para a publicação, distribuição e reutilização dos documentos científicos.

Foram muito significativos os progressos registados na última década pelo movimento do “acesso aberto”, em termos internacionais e nacionais. Na cena internacional, podemos referir, por exemplo, a criação da BioMedCentral, da Public Library of Science entre outras (o autor paga a publicação do seu artigo), bem como a tomada de posição por vários organismos públicos e financiadores de projectos de investigação, como por exemplo, os *National Institute of Health*, nos Estados Unidos e a União Europeia, no âmbito do 7º Programa Quadro e mais recentemente no programa H2020, em que torna obrigatório tornar público os resultados da investigação financiada por dinheiros públicos, ainda que salvaguardando eventuais períodos de embargo.

Em Portugal, as primeiras iniciativas pertencem à Universidade do Minho, com a criação do seu Repositório institucional em 2003. Muitas outras se sucederam e em 2008 surge o Portal RCAAP, no âmbito do Projecto Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal, o qual agrega vários repositórios científicos, nomeadamente o Repositório do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca (HFF), criado em finais de 2009. Em 2011, surgem novas políticas institucionais de “acesso aberto” e foi também criado o Serviço de Alojamento de Revistas Científicas (SARC).⁴ Em Maio do corrente ano, a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) torna obrigatória a divulgação “...dos resultados da investigação científica através da internet, de forma aberta, livre e sem custos para o utilizador”.⁵

A oferta de portais que existe actualmente permite que tarefas do dia-a-dia sejam acompanhadas e sincronizadas entre os vários participantes. A diminuição de reuniões ou de mensagens de correio electrónico permite que as plataformas rentabilizem a submissão e publicação de artigos científicos. Assim, a plataforma *Open Journal Systems* (OJS) foi a

¹ Bibliotecária, Serviço de Documentação e Informação, Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, Amadora, Portugal

² Investigador, CI2-Centro de Investigação e Criatividade em Informática, Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE, Amadora, Portugal

Recebido 30/11/14; Aceite 09/12/14

adoptada pela Revista Clínica do Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca. A curva de aprendizagem da plataforma limita-se apenas ao à vontade com as tecnologias bem como ao entendimento do processo de submissão, revisão e publicação. Esta plataforma, além de permitir um acesso livre a leitores, permite o registo de autores, editores e revisores.

Com a centralização de todas as interações entre autores, editores e revisores, a plataforma despoleta notificações e troca de mensagens de correio electrónico. Em paralelo, efectua a gestão das várias versões do ficheiro em análise, podendo a qualquer momento o editor ter acesso a todas as versões dos trabalhos submetidos.

Este circuito é bem definido e depende de critérios estipulados “à posteriori”, nomeadamente nas políticas da revista para submissões *online*, instruções aos autores, declaração de direito autoral e políticas de privacidade.

Como “*O que não se pode medir, não se pode controlar*” as estatísticas invertem esta ideia, eis que o crescimento da implementação da plataforma em Portugal, desde 2001, foi de 320% (em 2001 existiam 10 plataformas e em 2013 existiam 32)^a. O “acesso aberto” e as plataformas que foram surgindo constituem um processo irreversível relativamente ao qual há que ter algum cuidado, mas que é simultaneamente um desafio e uma mais-valia na área da comunicação da ciência.

^a Estatística baseada nos dados disponíveis em <https://pkp.sfu.ca/ojs/ojs-usage/ojs-stats/>

REFERÊNCIAS

1. Budapeste Open Access Initiative [Internet]. 2002. [Consultado em 18 de Outubro de 2014]. Disponível em: <http://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-translations/portuguese>
2. Joseph H. The open access movement grows up: taking stock of a revolution. PLoS Biol [Internet]. 2013, 11(10). [Consultado em 10 de Outubro de 2014]. Disponível em: <http://www.plosbiology.org/article/info%3Adoi%2F10.1371%2Fjournal.pbio.1001686>
3. Beall J. Scholarly open access: critical analysis of scholarly open access publishing. [Internet]. Denver: Jeffrey Beall; 2014. [Consultado em 10 de Outubro de 2014]. Disponível em: <http://scholarlyoa.com/>
4. Saraiva R, Rodrigues E, Príncipe P, Carvalho J, Boavida C. Acesso aberto à literatura científica em Portugal: o passado, o presente e o futuro. [Internet]. In: Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 11, Lisboa, 18 a 20 de Outubro de 2012. Lisboa: BAD; 2012. [Consultado em 18 de Outubro de 2014]. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/xmlui/bitstream/handle/1822/20542/476-1284-1-PB.pdf>
5. FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia [Internet]. Lisboa: FCT; 2014. [Consultado em 10 de Outubro de 2014]. Disponível em: <http://www.fct.pt/acessoaberto/>